

Sucessão e futuro preocupam o PMDB

13 DEZ 1987

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Por conta das marchas e contra-marchas verificadas na Assembléia Nacional Constituinte, esta semana, passou meio despercebida uma reunião havida quarta-feira, em Brasília. Em sala reservada, no Hotel Nacional, longe do burburinho do plenário constituinte, conversaram por longas horas o ex-governador Franco Montoro e os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa. Não examinaram um artigo, sequer, do projeto da nova Constituição em debate, muito menos perderam tempo discutindo as mudanças no regimento interno.

De maneta objetiva, eles trataram da próxima sucessão presidencial e do futuro do PMDB. Montoro, pouco antes, havia estado com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, tendo declarado aos jornalistas que não se exclui da disputa sucessória. É candidato, em especial se o parlamentarismo vier a ser o novo sistema de governo. Para ele, não há contradição entre o parlamentarismo e a eleição direta do presidente da República, chefe de Estado e não de governo. Porque o papel dos presidentes da República, no parlamentarismo, é de árbitro. De alguém que, desvinculado das tarefas rotineiras da administração, possa unir o País e funcionar como instância política de composição e conciliação, ainda que, dentro de suas atribuições constitucionais, também participando do equacionamento dos grandes problemas do País.

O ex-governador paulista disse aos três senadores não se apresentar como candidato de si mesmo e ressaltou que, se porventura derrotado na convenção do PMDB, assumia desde logo o compromisso de apoiar o vitorioso. Mas sustentou que eleição direta se ganha com votos populares, apresentando suas credenciais: é o cidadão brasileiro que mais votos conquistou, em nossa História. Para ser preciso, 21 milhões, somando-se seus mandatos de deputado federal, senador e governador de São Paulo.

Covas, Cardoso e Richa não se comprometeram com a candidatura de Montoro, mas viram com simpatia suas colocações. Sendo parlamentaristas, também concordam em que o futuro presidente da República precisa ser alguém com experiência, com o perfil do ex-governador. E pleno de votos, vitorioso em uma série de eleições majoritárias.

O principal assunto examinado foi o seguinte: Refertu-se ao futuro do PMDB. Aproxima-se a hora de uma definição, no partido. Concluíram todos ser preciso retornar ao PMDB histórico, a legenda responsável por 20 anos de resistência à ditadura e, depois, pelo advento da Nova República. De 1985 para cá o PMDB despessoalizou-se. Viu-se inflado por uma série de grupos antes cultores do autoritarismo. O resultado af está, verificado nos trabalhos da Assembléia Nacional Cons-

tituinte. Não há um PMDB, mas diversos, sem unidade doutrinária ou programática. Não se trata de depurar o partido nem de promover uma caça às bruxas, mas de estabelecer o mais depressa possível a atualização do seu programa. Quem concordar com ele, fica. Quem discordar, por quaisquer motivos, deve sair. A quantidade, no caso, prejudica a qualidade. Mas não é mais possível, na conclusão deles, insistir numa composição impossível.

Montoro e seus interlocutores consideram Ulysses Guimarães peça imprescindível para a recomposição do PMDB, ele que tem sido um dos baluartes da legenda desde sua fundação. Não identificam o presidente da Assembléia Nacional Constituinte como integrante de qualquer dos outros grupos e até recomendam ser ele o primeiro dos peemedebistas históricos. Julgam ser preciso apoiar Ulysses e ajudá-lo a fazer as definições. Se também é candidato à Presidência da República, trata-se de outro problema. Será apoiado por eles, se indicado na convenção. E será alguém como eles, para liderá-los.

Fica evidente, apesar das aparências, que o deputado Ulysses Guimarães está sendo chamado a definir-se. Menos em seu papel de presidente da Assembléia Nacional Constituinte, mais como presidente do PMDB. Porque Franco Montoro e José Richa exprimem um setor moderado, e Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, um setor à esquerda. Se ambos concordam em gênero, número e grau com a necessidade de recolocar o partido no leito em que fluiu anteriormente, o mínimo a registrar é uma atitude ponderável. Fica difícil a Ulysses, aleatoriamente, ir escolhendo quem sai e quem fica no PMDB, por critérios de origem partidária ou atuação na Assembléia Nacional Constituinte. Um novo programa pode ser adotado. Servirá senão como divisor de águas, ao menos como ponto de partida para as opções. A idéia em gestação é de se convocar uma convenção nacional extraordinária do partido para logo depois de promulgada a nova Constituição. Diversos grupos poderão contribuir com sugestões para as novas linhas programáticas. Elas seriam discutidas, debatidas e votadas. Quem discordasse da solução afinal adotada tomaria outro destino.

Há quem imagine ser ingênua essa proposta, em se tratando de um partido brasileiro. Porque adotar um programa, entre nós, tem muito pouco a ver com seguir e cumprir. Fosse assim e os deputados e senadores do PDS seriam todos socialistas. Afinal, o programa do mais conservador dos partidos é, teoricamente, mais avançado do que o próprio programa atual do PMDB. Por esse raciocínio, ninguém conseguiria depurar ou renovar o maior partido nacional. Como outra solução não há, porém, é por aí mesmo que se tentará o surgimento de um novo PMDB, menor, certamente, mas um pouco menos confuso e conflitante.

C.C.